

ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE O COVID-19 E A RECOLONIZAÇÃO DO CORPO NACIONAL

Ana Paula Bosatti

Doutoranda Interdisciplinar em Ciências Humanas na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Graduação em Comunicação Social pela Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM-SP) e em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Resumo : Este ensaio se propõe pensar como a epidemia do COVID-19 está colocando em jogo a manutenção da reprodução do corpo nacional. Para legitimar o que o Estado biopoliticamente define como o corpo “valido”, Bolsonaro e sua equipe buscam o controle da narrativa promovendo regimes de “verdade” sobre o COVID-19. Uma das estratégias usadas pelo Estado vem sendo a reinvenção de “imaginários morais”, como já era comum mesmo antes das eleições de 2018, quando Bolsonaro e sua equipe recriam imaginários éticos, reterritorializados e atemporais. Um deles é sobre seu “corpo de atleta” que busca reconstruir narrativas sobre a vida biológica nacional “superior” forjada desde a década de 70. A disputa pelo domínio dos imaginários conflagra um dos desafios que as esquerdas estão tendo, de recolonizar a narrativa política com o espaço simbólico da cidade vazia, numa sociedade fortemente marcada pelo teor do espetáculo.

Palavras-chave: Corpo nacional; imaginários morais; COVID-19.

Abstract : This essay intends to reflect on how the COVID-19 pandemic is challenging the reproduction of the national body. To legitimize what the State biopolitically defines as the “valid” body, Bolsonaro and his team seek to control the narratives, promoting regimes of “truth” about the COVID-19. One of the strategies used by the State is the reinvention of “moral imaginaries”, as it was already common even before the elections on 2018, when Bolsonaro and his team recreate ethical, reterritorialized and timeless imaginaries. One of them is about his “athletic body”, which seeks to reconstruct narratives on the “superior” national biologic life, forged since the seventies. The dispute for the domain of the imaginaries conflagrates one of the challenges that the lefts are

facing, of recolonizing political narratives with the symbolic space of an empty town, in a society that is strongly marked by show content.

Keywords: National body; moral imaginaries; COVID-19.

O vírus e o laboratório de engenharia social

Não é novidade que as elites nacionais usam as epidemias como laboratórios de engenharia social, de purificação da “raça”, ou seja, de eugenia para reorganizar a utopia da comunidade “nacional”. Historicamente, as epidemias tem como efeito de poder a manutenção do núcleo de reprodução do corpo nacional soberano.

Foucault (2008) nos lembra através do conceito de biopolítica que a vida humana (e não humana) pode ser gerenciada e maximizada de acordo com os interesses nacionais. As epidemias potencializam o que as próprias comunidades “imaginadas” definem como soberanas e como encará-las. Paul Preciado (2020) analisa que as epidemias inscrevem no corpo individual as técnicas que são biopolíticas. Na epidemia da sífilis no século XV na Europa, a doença representava a repressão e a exclusão aquilo que figurava como um obstáculo para a modernidade patriarcal: a obsessão pela pureza racial, a proibição de casamentos mistos, a restrição de práticas sexuais “ilegítimas”, etc. A manutenção do corpo branco burguês sexualmente restrito ao espaço privado e conjugal tornava abjeta a prostituta porque contrariava a matriz reprodutiva do corpo nacional.

Como analisou Ana Paula Boscatti (2020) “pornonacionalismo” é uma tecnologia de poder que reinventou o corpo nacional nos anos 70 e 80, como um modelo biopolítico de gestão do aperfeiçoamento da “raça” nacional: heterossexual, pós eugênica, masculinista, e neoliberal. O Rio de Janeiro foi um laboratório onde se inventava uma nova identidade nacional que transformava a cidade (metáfora do Brasil) em uma utopia sexual que deveria ser experimentada pelo homem branco (de preferência o estrangeiro). Enquanto o Rio, era alvo de uma série de políticas de controle que miravam os corpos negros, pobres e nordestinos migrantes, mostrei como as técnicas de poder reterritorializaram e rematerializaram esse corpo brasileiro “válido” em cartografias globais. Mas a ideia não era só produzir novos imaginários sobre o corpo nacional, a ideia era capitalizá-lo a ponto que ele fosse também rentável no mercado nacional e internacional. A “*brazilian butt lift*”, técnica de cirurgia plástica conhecida como “bumbum brasileiro” por exemplo, foi uma das mercadorias comercializadas pela

inicitiva privada que poderiam produzir, distribuir, precificar e reterritorializar o corpo nacional.

Essas tecnologias poderiam capitalizar a “natureza” do corpo nacional, comercializando técnicas de produção em escala de estatutos de verdade sobre o corpo biológico da “brasileira”. O que permitiu que a partir dos anos 70 e especialmente dos 80, o Brasil pudesse vender nos mercados transnacionais também sua própria redefinição de eugenia. Isso possibilitou que nos anos 80, o Brasil figurasse como uma grande fábrica de produção eugênica, se tornando destino turístico cobiçado para o turismo médico, como mostra Denise Sant’anna (2016) além do turismo sexual.

Mas o que isso tem a ver com a disputa epistêmica do atual governo e COVID-19? Através da crise do coronavírus, Bolsonaro e sua equipe evidenciam e potencializam suas estratégias biopolíticas de visibilidade e apagamento do corpo nacional. Deste modo, o próprio poder nacional, torna evidente os corpos que importam, os que não importam, e mais do que isso as estratégias de legitimação do corpo designado como válido e visível. Para legitimar o que considera como o corpo “certo” Bolsonaro e sua equipe usam como tática a disputa pelo domínio discursivo.

Ao se negar a encarar a gravidade do COVID-19, Bolsonaro tenta inverter a narrativa da periculosidade do vírus abrandando as consequências como a extinção de milhares de brasileiros. Ao colocá-la junto a um status de uma “gripezinha”, o presidente tenta reorganizar a narrativa pública sobre a doença.

A dominação das narrativas

Uma das estratégias mais utilizadas por Jair Bolsonaro e sua equipe desde as eleições de 2018 é a reinvenção dos imaginários nacionais. Isso acontece através da ampla circulação e produção de discursos, imagens, memes, videos, entrevistas, etc. pelas redes sociais, muitas vezes de origens falsas ou duvidosas, conhecidas como *fake news*. Através dessas ferramentas, Bolsonaro e sua equipe, produz memória nacional através de acontecimentos bricolados espacialmente e temporalmente. Algumas menções a essa sobreposição de tempo e espaço podem ser encontradas em inúmeras *fake news*. A farsa da linearidade do tempo e de um espaço nacional territorialmente definido se confronta com as novas percepções que emergem com as tecnologias digitais.

Um exemplo disso, foi uma noticia que circulou em 2018 em plena disputa eleitoral: uma suspeita de espionagem desembarcava em Caxias do Sul (RS) diretamente

da Sierra Maestra. Haveria no Rio Grande do Sul, um destacamento de militares cubanos que possibilitaria garantir a segurança do candidato à presidência Fernando Haddad.

Recriar as fantasias sobre o universo político próprio a Guerra Fria, por exemplo, mostra como o eixo de temporalidade foi deslocado das questões políticas próprias as agendas políticas contemporâneas para subjetivar uma memória sobre o “inimigo comunista”. Da mesma forma, recombinar o espaço cubano e sua rede de significados e estereótipos nacionais, permitiu uma constante bricolagem de imagens e valores morais que possibilitavam preencher imaginários sobre o Brasil da era de Bolsonaro.

Ambos os exemplos servem para mostrar como se operacionalizavam as estratégias de reinvenção de imaginários que são atravessados por discontinuidades no tempo e no espaço. Benedict Anderson (2008) já havia sinalizado que toda Nação é constituída de representações de si, estratégias discursivas que permitem que as comunidades se desenhem e identifiquem de uma forma ou de outra. No mundo contemporâneo a ascensão das diferentes tecnologias de representação midiaticamente conectadas a produção de subjetividades permite que o pertencimento nacional também seja mobilizado no universo capturado por esses imaginários.

Segundo aponta Jonathan Beller (2006) a influência do cinema e seus braços interiorizou os modos de produção pegando as propriedades formais da linha de montagem e introjetando na consciência. Essa introjeção promoveu também uma transformação na linguagem, o “*cinematic mode of production*”. Assim, significados e arquétipos quando convertidos em capital implicaram que a imagem fosse um sinônimo críptico das relações de produção, de modo que quando olhamos uma fotografia numa revista, por exemplo, não confrontamos apenas a imagem em si, mas a logística de produção da imagem. Para Beller, a dinâmica da cinemática foi a continuação da exploração industrial, mas reconfigurada, através do corpo. A consequência imediata é a mudança na reconceitualização da imagem, se antes o espectador era “passivo”, ele se tornou “ativo”, porque colocou seu corpo como unidade de marketing se tornando sujeito desejante.

Deste modo, a cinemática foi uma fábrica desterritorializada, na qual os consumidores individualmente produziram fetiche. Nesse novo olhar, o corpo era parte do modo de produção, ou seja, o corpo era cibernético e o espectador ajudava a

consolidação do mundo visível através da criação de uma nova socialidade¹, na qual ele inscrevia seu corpo como artefato da tecnologia e do prazer comercial. Essa reestruturação a partir da cinemática exigia também uma reconceitualização do imaginário.

O imaginário cada vez mais influenciado pelas visualidades que avançaram com o giro da produção para a cinemática se tornou uma ferramenta importante para os projetos do Estado Nacional. Se as comunidades imaginadas dependem de representações subjetivadas, o domínio dessas narrativas sobre o “nacional” também é central no jogo político, que se engaja em criar personagens, cenários, inimigos do Estado e do cidadão comum como parte do seu próprio marketing político.

Os imaginários morais

Arjun Appadurai (1996, p. 31) nos faz pensar o lugar desses imaginários no mundo contemporâneo. O que se entende a partir do autor é que o lugar da mídia procura rematerializar o senso de pertencimento nacional com o Estado-Nação através da imaginação, a fim de consolidar “*constructed landscape of collective aspirations*”. Ao rematerializar as representações através da imaginação se formam um campo organizado de práticas sociais e uma forma de negociação entre indivíduos e campos de possibilidades local e globalmente definidos. O que Appadurai nos evocar a entender é uma dimensão da nação moderna: a territorialidade. Ao reconhecer que a nação é algo imaginado, o autor igualmente reconhece uma crítica possível a essa idéia: é a imaginação nos conduzirá para além da nação. Portanto, Appadurai reconhece o trabalho crítico de imaginação que reconhece a dificuldade em construir geografias morais “pós-soberanas” (1997, p. 33).

Uma das esferas que proponho pensar aqui é que tanto a noção de território, como proposto por Appadurai, como também a noção de temporalidade são estratégias usadas para a produção de imaginários na gestão de Bolsonaro e *fake news*. A imaginação pode também ser não somente inventada para além da ideia de Nação, mas para além da ideia de seu próprio tempo. É interessante pensar como as narrativas nacionais capturam

¹ Esse processo foi responsável por garantir que a imagem surgisse como um novo sujeito social. O que tencionou os indivíduos a aprenderem a mediação da imagem em meio ao mundo de significados em que estava inscrito, exercendo grande influência sobre seu comportamento.

símbolos que estão para além de seu próprio tempo e significado cultural para produzirem sua própria cartografia pós-nacional.

O Carnaval nos anos 70 e 80 como mostrou Ana Paula Boscatti (op. cit), por exemplo, foi muitas vezes figurado como um ritual que era parte de um passado utópico. A proposital distância histórica buscava remeter a um passado superado, majoritariamente definido por mulheres e homens negros. A ideia de cultura popular reside em uma suposta a autonomia das manifestações e na ausência de contaminação ou mercantilização com a cultura hegemônica. Porém, a cultura hegemônica (nacional) usa o Carnaval como uma manifestação da cultura popular para muitas vezes o direcionando como mediador entre a tradição e a modernidade, ou seja, folclore, segundo apontou Balibar (2002).

Deste modo, podemos pensar nos imaginários que atravessam os mundos globais permeados de camadas de tempo e espaço sobrepostas. As estratégias de Bolsonaro e sua equipe foram de ampliar esses registros e expandir substancialmente a circulação das mensagens através das tecnologias de difusão midiáticas através do mundo virtual. Além disso, há um outro fator determinante em relação a esses imaginários: eles são profundamente morais. Por isso eu os chamo de imaginários morais.

Esses imaginários acionados discursivamente por imagens, vídeos, textos, ou áudios nas redes de compartilhamento de *fake news*, não tem somente um conteúdo estético que administra conteúdos passíveis de redefinições de ordem espacial ou temporal, eles também carregam em si um conteúdo profundamente moral. Para Michelle Lara (2007) o sentido ético-estético é entendido como dimensão humana que traduz a forma de ser, agir e sentir nas relações sociais, marcada por sua racionalidade, sensibilidade e capacidade criadora, que pode ser disciplinada ou transgressora. As ações humanas são reguladas (e igualmente agenciadas) através de processos coletivos e normativos de construção das regras sociais que nos coloca também como produto e produtor de cultura. A necessidade de compreensão da dimensão ético estético que cada objeto, conceito, pessoa tenta dimensionar o caráter sensível/racional que guia à realidade histórico-cultural. Segundo Nadja Hermann (2005) nossos julgamentos morais modificam-se quando confrontados com novas narrativas e diferentes experiências estéticas. Isso pressupõe o estranhamento de convicções morais que pode ampliar a sensibilidade, até que o não-habitual possa ser reconhecido em sua diferença.

A rede de mensagens e *fake news* que circundam o governo de Bolsonaro, exploram exatamente essas duas dimensões: constroem representações, imagens e

condutas reguladas para os “cidadãos de bem”, “patriotas”, defensores do Brasil, que muitas vezes transbordam as noções de tempo e espaço nacional, mas igualmente recorrem a símbolos e imagens nacionais facilmente codificáveis (como a bandeira brasileira ou a camisa da CBF). Ao mesmo tempo, essas mensagens inventam sua própria moralidade, definindo quem são os outros, os “inimigos”: petistas, ideólogos de gênero, venezuelanos, cubanos, comunistas, feministas, etc. O tom de apelo é a defesa do bem, do bem maior Cristão, os princípios de manutenção da família heterossexual monogâmica, da “natureza” biológica dos corpos e da Pátria. Os imaginários morais acionados pelas *fake news* não buscam relativizar uma conduta moral a cada expressão cultural e suas realidades histórico-sociais, mas ao bem divino materializado na família, na pátria e na rejeição ao inimigo comum.

A enorme máquina de produção e circulação de *fake news*, permite um senso de materialização da realidade social. O nacional é recriado e “imaginado” como afirmou Anderson, através de uma série de discursos que sobrepõe representações, imagens tempo, espaço e ética. Essa disputa negocia a regulação das condutas éticas do o corpo nacional soberano, ou seja, “cidadão de bem”, o corpo nacional legítimo que deve usufruir os privilégios do Estado de direito.

Assim, acionar esses imaginários morais é também reinscrever o regime de verdade sobre o corpo nacional soberano que está sendo a todo momento negociado em troca de mensagens, figurinhas de WhatsApp e *fake news*. Para bombardeá-los é preciso que igualmente se crie uma contra-máquina que amplie os imaginários conservadores para além daqueles produzidos, para que se fabriquem também novas moralidades como valores estéticos.

As aventuras masculinistas de Bolsonaro e a narrativa do contágio

A discussão sobre imaginários é fundamental para entender o campo político contemporâneo e as disputas narrativas que circundam o governo de Jair Bolsonaro. A guerra discursiva travada sobre o COVID-19 e o Estado brasileiro é uma luta também disputada no âmbito dos imaginários. Esses imaginários são demarcados por fronteiras sexo-reguladas, além de combinarem também marcadores de raça, geração e classe, majoritariamente.

O corpo, como Preciado sinaliza (op. cit), é o grande lócus por se retorna a ideia de fronteira para reestruturar o que se imagina como soberania nacional. Com o COVID-19, para o autor, as políticas de Estado fecharam as fronteiras de seus próprios territórios para as realocarem no nível de cada corpo. O corpo é a grande barreira contra o vírus,

onde novas fronteiras se colocam: a casa, como um bunker protegido contra os invasores externos e a máscara, protegendo e redefinindo interditos e espaços sacralizados.

Desta forma, a mão, a boca e a casa são espaços sacralizados e proibidos do acesso e do contato comunal. Os rituais de higiene e purificação se aprofundam permitindo que a gestão da peste crie novas formas de controle do corpo. Mas, a medida que se impõe uma série de novas práticas e autocuidados reguladores de uma nova moral que emerge, Jair Bolsonaro escapa a todas as normativas internacionais, convencidos por organizações de saúde coletiva e pesquisa científica, despreza o pandemia, recriando-a sob o status de “gripezinha”.

Mesmo depois de ter vários membros de sua comitiva infectados em uma viagem a cidade de Miami, inclusive o próprio prefeito, Bolsonaro aparece publicamente no Palácio da Alvorada e penetra a grade de isolamento que o separava de um variado grupo de pessoas reunidas, entre eles jornalistas. Ele aperta as mãos, abraça, tira fotos. Numa imagem escatológica que roda o Facebook, inrrompem da boca do presidente inúmeras gotículas de cuspe que se transferem em direção ao seu próprio povo, objeto de ação da sua necropolítica individual (além da coletiva, claro).

A semiótica da figura pública de Bolsonaro, aciona como técnica de governo a gestão de uma masculinidade militarizada, altamente viril e vertical, uma heterossexualidade incorruptível e inflexível que se contraria com qualquer tipo de “desvio” de uma conduta estritamente normativa. Esses fatores, possivelmente reuniram inúmeros eleitores a seu lado, assim como separaram outros muitos. Mas o fato é que a gestão da masculinidade viril e da heterossexualidade incorruptível são parte de sua técnica de governo, onde indivíduos buscam recolonizar imaginários morais sobre a utopia de um mundo masculinista ameaçado por feministas, anti-racistas e dissidências sexuais de todos os tipos.

Os significados que Bolsonaro compartilha quando cruza a grade de isolamento são permeados por interpretações que também contemplam a semântica da sexualidade, afinal as narrativas masculinistas e heteronormativas que Bolsonaro evoca, nos permite entrar no também fecundo terreno dos estudos de gênero e suas sentidos produzidos pelo poder. O exercício do poder não é desprovido de gênero (como não é também de raça ou classe), portanto, vale lembrar que espaços historicamente associados a ação masculina branca e burguesa como a política, são constantemente permeados por disputas no domínio das narrativas. Corpos masculinos pautam agendas políticas majoritariamente

inscritas no reforços de seus privilégios de gênero, raça e classe. Da mesma maneira, inferem sobre interditos e limitações a corpos femininos e suas pautas políticas.

O presidente no esforço na manutenção do poder masculino e soberano age como o próprio pênis que semeia e fecunda (com seu material biomolecular) o que é impenetrável. Infectado com corona vírus ou não (como nunca foi efetivamente comprovado e muito se especula), a fábula da “mentira da mídia” sobre o COVID19 permitiu que Bolsonaro novamente inrrompense o universo semiótico com seus fluidos corporais, toques e objetos fálicos como a banana (como a que o humorista deu aos jornalistas para contorná-los sobre o péssimo desempenho econômico) . Ele mesmo é o pênis desprotegido que irrompe as fronteiras da reprodução e semeia o extermínio em massa (e não a vida com prenunciam os movimentos e comunidades anti-aborto). Indiferente aos próprios limites materialmente físicos e de geração, Bolsonaro performatiza o pênis jovem e inesperiente que muitas vezes coloca o preservativo errado, ou tira o preservativo antes da hora pré-determinada. Assim como fez com a máscara médica que cobra as áreas da boca e nariz, Bolsonaro personifica o pênis jovem, desprotegido e procriativo que busca incessantemente a fecundação e não se responsabiliza pela consequência de seus atos. Sua autoridade masculinista usa a como estratégia discursiva o falseamento das informações para a legitimação da sua própria narrativa errática e anti-política (que lhe possibilitou ascender ao poder) e a recolonização de imaginários morais.

A masculinidade é uma manifestação performática e mesmo um corpo fisicamente idoso pode teatralizar ser potencialmente jovem e viril (sem intervenções estéticas) se o exercício do poder patriarcal e soberano conseguir dialogar com suas diversas facetas de expressão de masculinidade hegemônica: o comportamento anti-homossexual e intolerante, a violência através do medo, os discursos de autoridade, etc. Vale lembrar que o corpo de Dilma Rousseff foi reiteradamente retratado como velho e abjeto. Bolsonaro, usa seus próprios privilégios enquanto corpo masculinamente hegemônico para forjar sua condição geracional, um idoso. Essa característica classificaria seu corpo como “minoría”, então ele falsea sua própria condição, tentando performatizar a virilidade em outros níveis, como por exemplo, na situação mencionada acima, semeando “a peste” com seus fluidos corporais ou quando aciona o seu próprio corpo como “atlético”. Como quando inúmeras vezes simulou fazer flexões.

O corpo atlético de Bolsonaro

Num pronunciamento oficial em que minimizou os efeitos do Coronavírus, Bolsonaro afirmou: “o histórico de atleta me trouxe alívio.” para referir-se a sua condição corporal que supostamente resistiria ao vírus. Conseqüentemente uma série de imagens e memes percorreram as redes sociais apontando para a materialidade da sua limitação física. Já idoso e potencialmente mais sensível a ação do vírus pela idade, Bolsonaro mais uma vez aposta na manutenção de imaginários morais sobre o corpo nacional masculino, soberano e sobretudo, atlético.

No início do século XX, o Brasil era considerado um país condenado. Para as teóricas científicas, sua base mestiça, negra e indígena havia tornado, inviável o crescimento econômico, moral e físico do povo brasileiro (como apontaram autores como Oliveira Vianna, Renato Kehl, Hernani de Irajá, Monteiro Lobato, etc). A imigração europeia foi uma das soluções para o branqueamento, pois a ética voltada para o trabalho dos novos imigrantes poderia conduzir para o desenvolvimento econômico, moral e racial. As teorias eugênicas defendiam o branqueamento do Brasil para construir uma vida biológica mais potente. Os anos passaram e finalmente na ditadura militar, 40 anos depois de muitas dessas teóricas eugênicas serem desenvolvidas, o Brasil se orgulhava do seu corpo nacional. A brasileira encarada na carioca, representava o avanço biológico da espécie nacional: bronzeada (porém branca), moradora da Zona Sul e consumidora. O novo corpo nacional carregava uns símbolos de um país que queria ser visto como vencedor na guerra biológica da eugenia. Assim, no pornonacionalismo (op. cit) dos anos 70 e 80, o corpo nacional foi recriado para ter um certo protagonismo no mundo global. O corpo esteticamente bonito, regulado por dietas, farmacos, exercícios e técnicas cirúrgicas promovia um novo Brasil que havia apagado a feiura e abraçado o consumo. O corpo nacional pressupunha saúde, mesmo que essa saúde pudesse ser apenas condicionada a estética.

O que aconteceu no período entre os anos 30 e 70, foi que existiu uma tentativa de solucionar essas disfunções morais e estéticas. Mercado e mídia e se uniam no combate a feiura e a vitória da branquitude. Surgiam cremes, cintas, exercícios, rituais, loções, fármacos ajudavam na conquista do corpo bonito. Se implementou uma cultura física que passou a se tornar um elemento importante para o ajuste do corpo nacional. O termo *fit*, que tem origem na língua inglesa, tem o sentido de caber, ajustar, encaixar. Como indica

André Silva (2012) o significado de *fit* (adaptar-se) pressupõe conformismo e acomodação, os termos conferem um sentido atribuído normalmente à cultura *fitness*:

“(...) remete a esforçar-se, aplicar-se, dedicar-se e, sobretudo, inconformar-se com os atributos de imperfeição, assimetria e defeito. As noções de *fit* e *unfit* há tempos têm sido utilizadas para classificar e ordenar corpos, indicando os adequados e os inadequados”. (SILVA, *idem*. p.215).

Francis Galton como menciona Silva, intelectual que classificou a ciência da eugenia, em meados do século XIX, já atribuía sentido aos termos *fit* e *unfit* para descrever os sujeitos eugênicos e os degenerados. Adaptar, adequar, encaixar, caber e ajustar são verbos que possibilitam pensar o aperfeiçoamento corporal por meio da eugenia e da cultura *fitness*. O paradigma *fitness* se estabeleceu não só frente às tecnologias e à importância que a imagem passa ter com a virada no modo de produção capitalista (cinemática), mas, porque também supunham controlar a natureza o “*unfit*”. O naturalmente feio poderia se tornar *fit*, através do controle da “natureza”. Caminhadas, escadas, cremes, tratamentos, anilhas e pesos poderiam tomar posse da “natureza” transformando-a em cultura

Essa nova forma de percepção olhava para a gordura, como uma inimiga da “saúde” e a prevenção para o acúmulo de adiposidade era promovida através de exercícios regulares e disciplina. A educação física, que foi aplicada no currículo básico desde a década de 30 e na década de 70, promoveria uma administração coletiva de corpos “sadios”, que além de prevenir doenças através da autogestão, poderia incidir sobre a aparência estética, transformando o corpo belo em capital rentável à estrutura de produção.

As tecnologias de transformação corporal são tecnologias de guerra aplicadas a produção estética de corpos. Dentro dessa lógica, um corpo deve ser uma arma letal, preparada para a guerra, na formação dos exercitos nacionais, que deveria ter um bom desempenho em relação a força muscular, e potencial aeróbico. O corpo nacional *fitness* dos anos 70 e 80 havia sido harmoniosamente forjado com as políticas de mestiçagem, havia vencido a feiura, as diferenças raciais e se tornando altamente comercializável nas economias neolibéricas.

Para Miriam Goldenberg (2005) o Brasil figura como uma “civilização das formas”, ou seja, o corpo passou a ter uma centralidade em determinados grupos sociais, pois se tornou uma verdadeira obsessão e transformou-se em um estilo de vida, ao menos entre as camadas médias urbanas. A noção do corpo nacional eugenicamente transformado pelas tecnologias de manutenção do peso, evidenciam o teor “espartano”

da sociedade brasileira, que buscou consolidar imaginários morais sobre o Brasil, assentados em categorias bioestéticas que excluía os corpos gordos, com deficiência, majoritariamente brancos de classes médias urbanas, regulados em relação ao que propunha o consumo visual.

O corpo regulado pela estética e pelo consumo emergia como uma plataforma de promoção da soberania nacional. Apesar de ser um paradigma estético, o corpo nacional bonito, implicava também que a sua “natureza” ou seja, questões pertinentes a vida biológica como patologias, estariam eliminadas. Em tempos de epidemia, a retórica da saúde, da “imunidade de atleta”, da “imunidade do brasileiro”, que “pula no esgoto e nada acontece” serve para reforçar essa “natureza” nacional que eugenicamente superou as desigualdades e as más expectativas em relação a evolução da “raça”. O “histórico de atleta” de Bolsonaro flerta com esse imaginário de um corpo “biologicamente” superior que ascendeu nos anos 70.

Em outra entrevista, Bolsonaro afirmou que o vírus só mata "idosos e pessoas com condições preexistentes. O que o presidente enuncia aqui é: quem são as pessoas passíveis de morte? O que conseqüentemente leva a compreensão de quem ele considera o corpo soberano legitimamente nacional. A reforma da previdência aprovada durante sua gestão já indicava uma certa precarização de algumas categorias profissionais, que irão sofrer com a descapitalização, a redução das pensões e o aumento dos anos de trabalho.

Igualmente, aqueles que já tem algum problema crônico de saúde também são facilmente elimináveis para Bolsonaro, já que “alguns irão morrer...é a vida”. A ação biopolítica do Estado brasileiro recentemente vem traçando suas estratégias de gestão da vida e da morte, e tornando abjeto um número cada vez maior de grupos sociais. Os cortes de bolsas de assistência social, de pesquisa, de atividades culturais e artísticas, de ensino e o desemprego vêm cada vez mais tornando inviável a sobrevivência das camadas mais pobres e precarizando as relações de trabalho das classes médias.

As políticas de Bolsonaro tornam cada vez um grupo maior de pessoas alvos possíveis para a ação necropolítica do Estado. Enquanto historicamente a população negra e pobre sempre foi algo preferencial do encarceramento e da marginalização, esse quadro se agrava com as ações das polícias atuando fortemente nas favelas e o desemprego. Além disso, passa a engolir também a classe média, que vivia sua cidadania através do consumo. A aposta de Bolsonaro na excelência da vida biológica nacional e na sua própria, é uma farsa criada para produzir o oposto: a morte de milhares de pessoas que estão sofrendo as conseqüências de um Estado ausente e genocida.

O extermínio em massa da população brasileira visa a refundação de um “novo Brasil” tão aclamado pelos movimentos de direita. Esse novo Brasil parece eleger como corpo soberano os membros da sua própria facção de cidadãos de bem: banqueiros, grandes empresários, líderes religiosos, milicianos, empresários da comunicação, “patriotas” e o capital internacional. A omissão de Bolsonaro não é inocente, a morte de milhares de pessoas tem como pano de fundo, a recolonização do Brasil pelo seu próprio clã e pelo capital internacional.

As elites nacionais e o espaço da cidade vazia

Na mesma hora em que fez um pronunciamento oficial em que negava a gravidade do COVID-19, inúmeras manifestações tomaram as cidades do Brasil. De suas casas, as pessoas pediam o *impeachment*, gritando, batendo panelas, projetando imagens e mensagens nas fachadas dos prédios. Dias depois, passava a circular nas redes sociais um chamado para manifestações nas principais capitais do país, carreatas de automóveis percorriam as cidades em um buzinaço a fim de chamarem os brasileiros e brasileiras para o trabalho. A saída do isolamento e a reabertura do comércio, iria potencializar a economia já que para a saúde financeira do Brasil, o país não poderia parar.

Essa situação me faz pensar que a guerra de Bolsonaro é uma guerra também pelo controle da narrativa, como já apontaram alguns jornalistas. Uma de suas estratégias está em reinventar imaginários morais. Com o domínio do imaginário e da moralidade ele estabelece regimes de verdade, mesmo que elas sejam *fake news*. Recentemente, os principais veículos de mídia destacam sua impopularidade e suas atividades irresponsáveis na gestão da crise do Corona vírus. Igualmente, vídeos circulavam nas redes sociais revelando a amplitude da insatisfação mesmo em bairros tradicionalmente conservadores das grandes capitais. O chamado pelas carreatas mostra a preocupação pela retomada do protagonismo da narrativa.

O espaço vazio da cidade em tempos de isolamento social, tem o seu próprio valor simbólico. A cidade é um espaço de disputa política onde grupos políticos também tentam inscrever seus significados, seja através de pichações ou através de lojas de grife. Mas agora a nova fronteira política é a casa, as ruas das cidades são espaços inabitados, o que desabilita pelo menos momentaneamente sua ocupação coletiva como ferramenta de controle simbólico de grupos políticos.

Nas manifestações de 2014, o movimento de direita *Vem pra rua*, reinterou a importância narrativa da ocupação da cidade pelos movimentos sociais. A disputa semiótica pela ocupação da cidade pelos movimentos de direita usavam como artifício

diferentes ferramentas próprias a sociedade do espetáculo, como analisou Guy Debord. A “sociedade do espetáculo” foi o resultado e o projeto de um novo modo de produzir no capitalismo que veio junto à centralidade da imagem. A transformação do paradigma da imagem como modo de produção do capitalismo uma importante mudança conceitual. O consumo, a propaganda e o entretenimento não constituíram um modelo à parte do modo de produção, eles foram de fato o modelo hegemônico de vida. Debord ampliou sua lógica ao conjunto das atividades e relações do dia-a-dia, mostrando que as sociedades espetaculares fundiram a realidade e a imagem, reconfigurando-as através de uma linguagem de signos. Assim, a economia do espetáculo modelou um número crescente de imagens-objetos cujo fim era a própria reprodução do espetáculo.

Deste modo, “patriotas” usam como artifícios semióticos tecnologias do entretenimento: coreografias, músicas, trio elétricos, *dress code* correto e toda uma economia de sentidos que envolvem o corpo em uma série de atividades que buscam entreter como proposta política. O discurso nacional dos “patriotas” abraça as estratégias históricas dos anos 70 e 80 que tornaram o Brasil uma sociedade que se reconhece espetacular, incentivada pelos grandes produtos globais como o Carnaval e o futebol. O espetáculo ocupou um lugar especial na invenção da identidade nacional. De maneira sagaz, os movimentos de direita capturaram formas de entretenimento para produzirem grandes eventos, que também eram manifestações políticas.

Os movimentos de esquerda igualmente devem repensar a forma como comunicam suas pautas. O caráter espetacular que dá impulso ao compartilhamento e a curtida, estão em jogo. O protagonismo nessa disputa política onde a ideia de espetáculo tem um efeito catalisador depende também da formulação de novos imaginários e modos de transmissão da mensagem que possam entreter e informar. A luta pelo controle dos regimes discursivos depende também da forma como se comunica a mensagem.

Por enquanto, as ruas vazias trazem a sensação de uma “página em branco”: a “terra vazia” e da própria invasão colonial como o genocídio, a exploração das riquezas, do trabalho e o etnocentrismo. A disputa discursiva pela narrativa da cidade agora está em casa. Como uma “terra virgem”, os invasores coloniais, os “patriotas”, continuam seu esforço masculinista de violação do espaço simbólico da cidade. Buzinam, carregam bandeiras (o grande símbolo de dominação colonial) em carros caros. Exigem a proteção da economia e não das pessoas. O vírus coloca nossa vida em risco, mas a gestão dele é o maior perigo. O corpo nacional válido nesse momento não é o meu, nem o seu, mas daqueles que pertencem a facção de Bolsonaro. Eles, os colonizadores, estão tentando

construiu um novo Brasil, um novo corpo nacional soberano. A gestão da crise do corona vírus tem produzido uma reorganização das narrativas em relação ao governo do presidente e suas estratégias de genocídio tem ficado cada vez mais claras. A oportunidade aponta para uma possível virada: a recolonização da narrativa está nas nossas mãos.

Bibliografia

ANDERSON, Benedict. Comunidades imaginadas. Trad. Denise Bottmann, São Paulo. Cia das Letras, 2008.

APPADURAI, Arjun. Modernity at large: cultural dimensions of globalisation. USA: University of Minnesota Press. 1996.

_____. Soberania sem territorialidade notas para uma geografia pós-nacional. Novos estudos n.º 49, 1997.

BALIBAR, Etienne, WALLERSTEIN, Immanuel. Race, Nation, Class Ambiguous Identities. Verso Press USA, First Edition, 2002.

BELLER, Jonathan. Cinematic mode of production: Attention Economy and the Society of the Spectacle. Hanover, NH: Dartmouth College Press, 2006.

BOSCATTI, Ana Paula Garcia. A bunda e a “natureza” nacional: a fabricação sexopolítica da brasilidade nos anos 70 e 80. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Florianópolis, 2020.

DEBORD, Guy. A sociedade do espetáculo. Prefácio à 4ª edição italiana de A sociedade do espetáculo. Comentários sobre a sociedade do espetáculo. Trad. Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

FOUCAULT, Michel. Nascimento da Biopolítica. Trad. Eduardo Brandão. SP: Martins Fontes, 2008.

GOLDENBERG, Mirian. Gênero e corpo na cultura brasileira. Psicol. clin. [online]. 2005, vol.17, n.2

HERMANN, Nadja. Ética e estética a relação quase esquecida. Porto Alegre. EdiPUCRS, 2005.

LARA, Larissa Michelle O sentido ético-estético do corpo na cultura popular e a estruturação do campo gestual. Revista Movimento. Porto Alegre, v. 13, n. 03, p. 111-129, setembro/dezembro de 2007.

PRECIADO, Paul. Aprendiendo del vírus. In: Sopa de Wuhan. E-book. Editorial ASPO, Buenos Aires, 2020.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. O imperativo da beleza no Brasil, Confins [Online], 26|2016, 2016, Acesso dia 13 novembro 2019.

SILVA, André Luis S. Imperativos da beleza: corpo feminino, cultura fitness e a nova eugenia. Ed. Cedes, Campinas, vol. 32, n. 87, p. 211-222, mai.-ago. 2012